

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Plantações homogêneas de árvores e conflitos socioambientais em Minas Gerais, Brasil.

Múcio Tosta Gonçalves.

Cita:

Múcio Tosta Gonçalves (2009). *Plantações homogêneas de árvores e conflitos socioambientais em Minas Gerais, Brasil*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/338>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Plantações homogêneas de árvores e conflitos socioambientais em Minas Gerais, Brasil

Múcio Tosta Gonçalves

FEAD

mucio.goncalves@fead.br

Introdução

Processos de mudanças sociais vinculadas a alterações espaciais promovidas pelo desmatamento, carvoejamento e introdução de plantações florestais em regiões originariamente rurais no Brasil vêm ocorrendo especialmente em Minas Gerais, no Extremo-Sul e no Litoral Norte do estado da Bahia, no norte do Espírito Santo, no Pará, no Tocantins e no Maranhão – esses três últimos estados submetidos ao Programa Grande Carajás, e no Rio Grande do Sul (GONÇALVES, 2001; ANDRADE, 1995; CARRERE e LOHMANN, 1996). Espaços sociais historicamente formados por populações inicialmente vinculadas à produção para auto-consumo e para mercados locais, essas regiões e seus habitantes tiveram suas estratégias de vida e de reprodução sociais, econômicas e culturais modificadas pela penetração da monocultura comercial de madeira.

A introdução dessas atividades desqualificou econômica, simbólica e socialmente a agricultura familiar, por intermédio de um exercício de dominação política, simbólica e econômica. Essa dominação converteu populações tradicionais, com regras sociais e econômicas locais e imersas em relações sociais com as fazendas em uma população com nenhum ou pouco acesso a terra e a recursos naturais e sociais importantes como a água, a mata ou a floresta e seus produtos

madeireiros e não madeireiros. Também contribuiu para a desqualificação social dessas populações, forjando a imagem das pessoas e das suas famílias em “atrasados” (GONÇALVES, 2001; CARRERE e LOHMANN, 1996).

A formulação de políticas públicas foi também importante para as estratégias das empresas plantadoras de florestas. De um lado, por que forneceram subsídios e vantagens fiscais e financeiras que permitiram a implantação e o crescimento das atividades industriais propriamente ditas (como a siderurgia e a produção de celulose e papel) e das plantações de árvores. De outro lado, as políticas públicas foram fundamentais para a legitimação da atividade de plantações de árvores e para a deslegitimação da agricultura familiar por que colocaram em segundo plano a questão da conservação e da preservação das florestas e outras formas de vegetação arbustiva nativas, bem como dos seus usos sociais, super valorizando a sua condição de meras fornecedoras de energia para diversos fins industriais, domésticos e comerciais (DEAN, 1996; GONÇALVES, 1990; GONÇALVES, 2001).

Essa contextualização permite entender como ocorreu a criação de conflitos sociais em torno das plantações florestais. Não se tratou apenas de uma seqüência linear que evoluiu da formação e implantação de latifúndios, passando pela exclusão de produtores rurais e terminando na resistência popular. Entre um e outro, distintos processos sociais de adesão e de enfrentamento foram sendo construídos, compondo um complexo quadro social. Esse artigo pretende ilustrar tal processo centrando-se no caso de Minas Gerais, no Brasil.

Plantações Florestais em Minas Gerais

A área plantada com pinheiros e eucaliptos no Brasil é estimada em 5.254.000 hectares. Em Minas Gerais encontra-se uma área plantada estimada em 1.665.000 hectares (32% da área total do país), 90% da qual somente com eucaliptos.

As principais indústrias instaladas em Minas Gerais que consomem essa madeira plantada são a siderurgia movida a carvão vegetal (principalmente as empresas Acesita, Plantar e Vallourec & Mannesmann além de outras empresas não verticalizadas), a de celulose (Celulose Nipo-brasileira - Cenibra), a de calcinação e serrarias.

Parte da madeira e de carvão vegetal consumida por essas fábricas vem de formações vegetais nativas, em especial o cerrado. Todavia, os dados disponíveis sobre consumo de carvão vegetal de plantações florestais demonstram que vem crescendo a participação dessas na oferta do produto. A tendência, conforme relatado por Fanzeres (2005), “é que continue a haver aumento do consumo de carvão vegetal oriundo de plantações... por coibição da produção de carvão ilegal de florestas nativas, ou... por crescimento da produção nacional de ferro-gusa e derivados de aço”.

As plantações em larga escala para atender à demanda industrial foram introduzidas no estado nos anos 1940, e originalmente estavam concentradas na região central, na qual ocorreu a ocupação do território. A partir dos anos 1970, houve uma expansão das plantações para as regiões Leste, Norte e Nordeste do estado, áreas de ocupação típica da agricultura familiar (GONÇALVES, 1990). A partir daí, os conflitos tornaram-se mais evidentes e mais intensos.

Assim, os conflitos sócio-ambientais em relação as plantações estão disseminados por todo o estado, já que mais de 60% dos municípios de Minas Gerais possuem plantações de árvores com finalidades comerciais e industriais em seu território (GONÇALVES, 1990; FANZERES, 2005).

Até os anos 1980, as pressões sobre o solo e a água, a concentração fundiária, o desmatamento e a degradação do trabalho eram os principais problemas no relacionamento entre empresas e comunidades rurais. A partir daí, em especial por causa da expansão do consumo de madeira para produção de celulose, os conflitos foram alterados em termos de sua localização e dimensão. A próxima seção discute os principais impactos, com base no Relatório produzido sob a coordenação de Fanzeres (2005), com algumas atualizações.

Conflitos em torno das plantações em Minas Gerais

De acordo com os pontos de vista de diferentes atores envolvidos nos conflitos estabelecidos no estado em torno das plantações de árvores, ouvidos ao longo de distintas pesquisas realizadas na década de 1990 e para a elaboração do Relatório coordenado por Fanzeres (*op. cit.*), os principais motivos para a existência desses conflitos são os seguintes:

- (1) o desconhecimento por parte das empresas dos direitos do povo;

(2) a ausência de políticas públicas voltadas para atender às necessidade da população; e (3) o desinteresse das empresas em dialogar e negociar com as populações e os trabalhadores assalariados.

Para os sindicatos e entidades associativistas e ambientalistas, bem como para trabalhadores florestais, são os seguintes os principais temas de conflitos socioambientais relacionados à implantação e expansão da monocultura de árvores:

- a) esgotamento dos recursos hídricos: as empresas têm como prática a realização de plantios a distâncias próximas dos cursos d'água e de nascentes. Não só é feita a extração de grande volume de água pelos milhares de árvores plantadas como ocorre assoreamento graças ao tipo de manejo adotado;
- b) eliminação das plantas silvestres locais, sobretudo as utilizadas para a produção ou obtenção de remédios: esse problema associa-se à questão do desmatamento;
- c) impedimento do acesso a produtos madeireiros e não madeireiros que eram anteriormente utilizados para confeccionar cercas, construir casas e equipamentos destinados à produção rural, uma vez que a substituição da mata nativa pelo eucalipto é acompanhada pela proibição de retirada de madeira em qualquer dimensão ou quantidade nas áreas das empresas;
- d) aumento da pressão sobre as áreas de reserva dentro das propriedades familiares e em outras áreas onde ainda existem matas não substituídas pelas plantações homogêneas ou outras atividades comerciais/industriais;
- e) eliminação (ou pelo menos redução significativa) da fauna nativa local, especialmente daquelas espécies que eram caçadas como parte da estratégia dos trabalhadores e produtores rurais familiares para a obtenção de uma fonte complementar de alimentação à produção agropecuária (sobretudo milho, mandioca, hortaliças, aves e porcos) doméstica de subsistência;
- f) eliminação do acesso às áreas planas, em geral usadas como locais de “criação” (pastoreio) do gado bovino. Os cinco últimos aspectos citados relacionam-se com a extinção de áreas de uso comum, fundamentais para a sustentação de estratégias de reprodução camponesa;
- g) alterações nas rotas e nas condições das estradas para atender ao planejamento da produção e da comercialização da madeira, o que provoca o isolamento das propriedades e comunidades
- h) condições de transporte de materiais e de pessoas não adequadas, sendo comum a ocorrência de acidentes de trânsito envolvendo trabalhadores da produção e da exploração madeireira, transeuntes e motoristas, inclusive com vítimas fatais;

- i) existência de violência física e moral contra os produtores e seus representantes, por meio de ameaças contra a integridade física das pessoas direta e indiretamente envolvidas com movimentos contrários às plantações e de violência moral;
- j) perseguição política às pessoas envolvidas com ações ou movimentos de contestação às plantações;
- k) interferência junto a organismos públicos para a transferência de empregados envolvidos com ações ou movimentos de contestação às plantações etc.
- l) concentração fundiária, o que é agravado pelo fato que o monocultivo de árvores foi realizado por meio de contratos de arrendamento estabelecidos desde os anos 1970.

Outra questão importante no âmbito dos conflitos provocados pela implantação e pela expansão de plantações em Minas Gerais é o das condições de trabalho dos assalariados dessa atividade.

Isso se refere de um lado à precarização das condições de trabalho, em especial nos aspectos relativos à insalubridade, às condições de segurança e aos sistemas de pagamento de salários. De outro lado, às condições de organização sindical desses trabalhadores.

Em suma, para os produtores familiares e os trabalhadores rurais, a vida antes da chegada das plantações de madeira combinava uma estrutura econômica e social baseada na posse e/ou na propriedade de pequenas extensões de terra cultivadas pelas famílias, na prestação de serviços e na produção compartilhada (meação e outras formas de acesso a terra de vizinhos e/ou de fazendeiros). Em algumas outras regiões, também fazia parte da organização da vida e da reprodução econômica dessa população a prestação de serviços de desmatamento e de carvoejamento para as fazendas e para as usinas siderúrgicas (GONÇALVES, 2001).

Ressalta das características apontadas anteriormente o fato que as empresas plantadoras e consumidores de árvores introduziram um modo novo de organizar o espaço e o trabalho dos que moravam no território antes de sua chegada. Com isso, as firmas de plantações quebraram o papel da agricultura como única fonte geradora de trabalho local. Segundo um trabalhador entrevistado em uma pesquisa de campo realizada durante os anos 1990 pelo autor, as plantações não garantiam "emprego para ninguém do lugar" e por isso o "eucalipto não serve para ninguém do lugar. Só serve para eles, eles pegam gente de todo lugar e traz para cortar eucalipto. Aqui na nossa comunidade ninguém tem benefícios de nada" (GONÇALVES, 2001).

A combinação de degradação ambiental, restrição parcial ou total ao acesso aos recursos locais e marginalização das comunidades e das organizações provocou como uma das saídas para a reprodução dos antigos produtores familiares e trabalhadores rurais o emprego nas empresas. Em muitos casos, isso constituiu uma possibilidade única para ascender socialmente na economia monetizada que foi constituída e passou a ser dominada pelas empresas siderúrgicas e de celulose e suas subsidiárias (GONÇALVES, 2001).

Essa é a base social sobre a qual, então, criou-se um novo tipo de trabalhador. Nascidos na roça, eles são cada vez mais identificados com um trabalho que os afasta da sua condição original rural e os transforma em trabalhadores da extração vegetal. Tal distinção parte do princípio que a condição rural é aquela socialmente determinada pela existência do trabalhador familiar, que vive na e da terra, orientando o seu trabalho para e pela produção direta dos seus meios de vida num espaço de relações sociais nas quais o produtor direto não se encontra separado dos meios de produção ou, quando se encontra nessa condição, não está automática e necessariamente imerso em uma relação de assalariamento (LOVISOLO, 1989).

Referências

- o ANDRADE, Maristela de Paula. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense. Conceição, F. G. (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de pesquisa. São Luís: CPT; Belém: Seminário Consulta Grande Carajás, 1995.
- o CARRERE, Ricardo e LOHMAN, Larry. **Pulping the South:** industrial tree plantations and the world paper economy. London and New Jersey: Zed Books; Penang and Oxfordshire, World Rainforest Movement, 1996.
- o DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- o FANZERES, Anna (Coord.). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados.** Brasília: MMA, 2005. Projeto MMA/FAO/TCP/BRA/2902.
- o GONÇALVES, Múcio T. **Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais:** um estudo do Instituto Estadual de Florestas - IEF. 1990. Dissertação (Mestrado) – DCP – Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- o ----- . **Nós da madeira:** mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001.
- o LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.